

Migrações Internacionais e Políticas Migratórias: França e Brasil

Entrevista com *Rossana Rocha Reis**

Travessia: Você estudou como se articulam as políticas de nacionalidade e as políticas para migrações na França nas últimas décadas do século XX. Poderia expor brevemente como isso se dava?

Rossana: As políticas de migração e nacionalidade se articulam em todos os países do mundo. Em primeiro lugar, para se definir quem é o imigrante, é preciso se definir quem é o nacional. Além disso, o Estado tem que definir se quer que o imigrante se torne nacional ou não, que tipo de imigrante pode se tornar nacional, e quais são os critérios adequados para esse processo. Contudo, é importante ter em mente que a resposta a esta pergunta quase nunca é definitiva; ela muda através da história, seja pela influência da migração continuada, ou por conta de mudanças no contexto social, político, econômico e cultural. No caso da França em particular, apesar da relutância em reconhecer-se como um país de imigração, a história mostra que a entrada e saída de pessoas são uma realidade constante, sendo motivada seja pelos conflitos, seja pelo crescimento econômico, seja pela fragilidade demográfica; e que a definição dos requisitos para adquirir a nacionalidade francesa variaram significativamente. Em termos específicos da relação entre nacionalidade e migração, o que é interessante destacar é que no início do século XX, o fato de ser estrangeiro era considerado por muitos um privilégio, pois desobrigava o indivíduo de servir o exército. É somente na medida em que a relação entre nacionalidade e direitos se consolida, e o Estado de bem-estar francês estabelece-se, que a nacionalidade passa a ser vista como um privilégio.

* *Rossana R. Reis* é Pós-doutoranda no David Rockefeller Center of Latin American Studies, em Harvard. Professora do Departamento de Ciência Política da USP. Pesquisadora do CEDEC. Autora do livro “Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos”, ed. Hucitec.

Travessia: A França é um país crescentemente multicultural, mas possui um presidente que ficou conhecido por suas posições anti-imigrantes. Nesse contexto, como se articula hoje nacionalidade e políticas migratórias?

Rossana: Depende do sentido que nós atribuirmos à ideia de multicultural. Podemos dizer que a França é um país multicultural de fato, entre outras coisas, em função do seu histórico de país de imigração. Da perspectiva política, no entanto, o multiculturalismo tem muito pouco apelo no país. Na década de 1980, alguns movimentos como o SOS Racisme chegaram a flertar com a ideologia do multiculturalismo; no entanto, o tema da diferença foi rapidamente encampado por uma extrema direita xenófoba, que argumentava, grosso modo, que os estrangeiros deveriam viver sua diferença no seu próprio país, e que a França deveria ter o direito de preservar a sua própria identidade cultural. Por outro lado, a esquerda tradicional, fortemente identificada com o ideal republicano, também não via com bons olhos a perspectiva do direito à diferença, pois a enxergava como antitética em relação, por exemplo, à ideia de laicidade da República. Aos poucos, os partidários do multiculturalismo na França, como o próprio SOS Racisme, foram se aproximando do republicanismo, e o discurso xenófobo, próprio à extrema direita, foi aos poucos se tornando hegemônico na sociedade francesa, de modo que, infelizmente, a posição expressa pelo presidente francês nos dias de hoje está longe de ser minoritária e reflete um pensamento amplamente difundido na sociedade que associa a imigração com todos os males da sociedade francesa contemporânea, como o aumento do desemprego e da criminalidade.

Travessia: Muito recentemente, a Diretiva do Retorno aprovada em âmbito da CEE e a Misura de Sicurezza pelo governo italiano têm apontado para um recrudescimento das políticas de rechaço dos imigrantes na Europa. Em que medida esse quadro compromete as possibilidades da construção de um espaço comum de convivência política, nacional e europeu?

Rossana: A Diretiva do Retorno e a Misura de Sicurezza são políticas que representam, até o momento, o ponto alto de um processo que vem se desenrolando na Europa Ocidental desde meados da década de 1980, de estigmatização da imigração e do imigrante; de sua associação com a insegurança, o desemprego e o crime. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países da região iniciaram um processo de atração da mão-de-obra necessária para a reconstrução desses países, e foram buscar indivíduos nos países mais ao sul da Europa, como Portugal, Espanha, Itália e, posteriormente, fora do Continente, na Argélia, na Turquia, entre outros. Em meados da década de 1970, a crise econômica que atingiu a Europa Ocidental levou às tentativas de interromper os fluxos migratórios, ao mesmo

tempo em que os migrantes já estabelecidos começaram a reivindicar os mesmos direitos civis, econômicos e sociais que os trabalhadores nativos. Nesse contexto, houve um recrudescimento do racismo e da xenofobia, que em princípio, alimentaram partidos pequenos de extrema direita. Nos últimos anos, no entanto, mesmo quando esses pequenos partidos não foram eleitoralmente bem-sucedidos, suas propostas, que eram marginais, foram incorporadas por atores políticos e sociais importantes, e acabou definindo a agenda europeia de migração, assim como a agenda doméstica de países como a Itália, prejudicando sensivelmente a perspectiva da Europa como um espaço político regido pela ideia de direitos humanos, o que tem consequências potencialmente nefastas não apenas para os chamados extracomunitários, mas também para os europeus.

Travessia: O Brasil é caracterizado hoje por um histórico recente de fortes migrações internas, um recentíssimo fluxo emigratório para países como Estados Unidos, Japão, Portugal, Grã-Bretanha e outros países europeus, além de um crescente fluxo imigratório vindo de países latino-americanos. Tendo presente esse contexto, como se apresentam as políticas do Estado brasileiro para as migrações?

Rossana: Felizmente, parece que recentemente o Brasil se conscientizou da importância de adotar uma política de imigração mais generosa, e mais afim com a perspectiva de que todos os seres humanos devem ser iguais em direitos, independente da nacionalidade. A recente experiência do Brasil como país de emigrantes tem muito a ver com esse processo. Não é possível reivindicar direitos para os emigrantes brasileiros, se a postura do Brasil em relação aos seus próprios imigrantes não for pautada pelo respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, os recentes pronunciamentos do presidente Lula com relação ao desrespeito aos imigrantes de países pobres em países ricos, só podem vir a ter peso político se o Estado brasileiro for bem-sucedido em executar uma política de integração adequada em relação aos seus imigrantes. Isso não se dá apenas através da mudança legislativa, embora ela seja sem dúvida nenhuma fundamental, mas também através do cuidado com a implementação de políticas públicas nos diferentes setores do Estado.

Travessia: Os imigrantes brasileiros, por um lado, vêm se organizando progressivamente nos diferentes países em que se encontram, mas por outro, encontram mais dificuldades para entrar e permanecer nos países considerados desenvolvidos. Qual a situação da comunidade brasileira no exterior frente aos diferentes Estados em que se encontram?

Rossana: Ao que parece, existe uma proliferação e organização cada vez mais intensa das comunidades brasileiras no exterior. Considerando o contexto de recrudescimento de atitudes anti-imigração e anti-imigrantes em vários locais onde essas comunidades estão estabelecidas, essa organização

é cada vez mais importante. De um lado, afirmando sua presença nas sociedades de destino, e exigindo o respeito aos seus direitos lá; e de outro lado, pressionando o governo brasileiro a reconhecer a importância e os direitos dos brasileiros no exterior.

Travessia: Cresce entre os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos imigrantes a reivindicação pela chamada “cidadania universal”, ou “além fronteiras”, a qual está sendo considerada seriamente mesmo por vários organismos internacionais. Quais as dificuldades políticas e sociais a serem superadas, e que condições seriam necessárias para que ela se efetive?

Rossana: *Inúmeros progressos foram feitos ao longo dos últimos cinquenta anos em termos de uma jurisprudência internacional dos direitos humanos, que legitime a demanda do indivíduo por direitos, independentemente de sua nacionalidade. Também a legislação doméstica, assim como o poder Judiciário, em diversos países receptores de imigrantes, tem reconhecido direitos civis, econômicos e sociais aos imigrantes. Contudo, o Direito Internacional atualmente existente consagra o direito soberano de cada Estado em decidir quem pode ou não atravessar suas fronteiras e nele se estabelecer. O fato de os estrangeiros gozarem de um maior número de direitos hoje do que há cinquenta anos não modifica essa situação. De um modo geral, o estrangeiro continua numa situação precária em relação ao cidadão. Nas palavras do historiador Roger Brubaker (tradução minha):*

“Somente os cidadãos gozam de um direito incondicional de permanência e residência no território, e podem planejar suas vidas de acordo com esses direitos. A entrada e a residência de não-cidadãos nunca são incondicionais. Alguns não-cidadãos, os que entraram clandestinamente, por exemplo, ou pessoas no final do seu período de residência legal, não têm esses direitos. Mas mesmo não-cidadãos privilegiados, aqueles aceitos formalmente como imigrantes ou colonos, continuam residentes probatórios, suscetíveis à exclusão ou deportação em certas circunstâncias” (BRUBAKER, 1992, p. 24).

Nesse contexto, a demanda por uma cidadania universal, ou “além-fronteiras” é muito importante e, em certo sentido, profundamente subversiva da ordem internacional vigente. É importante, contudo, ter clareza quanto aos objetivos buscados. Não se pode correr o risco de trocar direitos reconhecidos por um slogan. É preciso refletir sobre a possibilidade de existência de uma cidadania desvinculada do Estado, e quais suas consequências para o indivíduo.

Travessia: A temática dos Direitos Humanos vem sendo constantemente relacionada ao contexto da globalização e seus fluxos de população: refugiados, expatriados, tráfico de seres humanos, prisões arbi-

trárias, etc. Como, em nível nacional e internacional, e através de que organismos é possível defender os direitos fundamentais desses grupos frente ao poder do crime organizado, de um lado, e do arbítrio do Estado-Nação, de outro?

Rossana: *É extremamente positivo que pensemos nessas questões a partir de um critério de direitos humanos, na medida em que a linguagem dos direitos humanos nos permite defender um mínimo denominador comum para políticas domésticas, internacionais e transnacionais, tendo como horizonte o princípio da dignidade humana. O reconhecimento dos direitos humanos nas legislações, tanto no plano doméstico como internacional é por isso mesmo, muito importante. Para a defesa dos direitos desses grupos fragilizados, no entanto, o fundamental é a capacidade de organização política desses próprios grupos, e seus aliados na sociedade, pressionando, nos países de origem e de destino, os Estados, que são, ainda hoje, as únicas organizações com capacidade para garantir os direitos humanos dos indivíduos.*

Travessia: **Em nível internacional, como podemos pensar uma representação política de todos os imigrantes, ou povos em deslocamento, para além do paradigma político do Estado-Nação?**

Rossana: *A articulação dos grupos imigrantes e dos povos em deslocamentos em redes é muito importante, seja pela capacidade para dar visibilidade ao tema do deslocamento humano, iluminando as diversas circunstâncias, muitas vezes precárias, que envolvem o deslocamento dos indivíduos pelo planeta; seja para conferir legitimidade às suas reivindicações, com base na ideia de direitos humanos, tanto no plano de organizações internacionais como no plano dos Estados nacionais. A migração no mundo contemporâneo possui uma forte dimensão transnacional, e as organizações imigrantes poderiam se beneficiar bastante dessa característica na formação de uma articulação política capaz de transitar entre fronteiras e atrair apoio para sua causa.*

BRUBAKER, Roger. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

